

Brasília-DF, 11 de janeiro de 2012

Servidor conhecido por bloquear reajustes tem o maior salário da Esplanada: R\$ 51 mil

Ele realmente é o homem do dinheiro. Segundo na hierarquia do Tesouro Nacional, o subsecretário de Política Fiscal, Marcus Pereira Aucélio, é mais conhecido como a autoridade que de fato diz não aos pedidos de recursos de parlamentares e até de ministros para todo tipo de despesa, incluindo reajustes salariais para servidores públicos.

Tão potente quanto o poder da sua canetada é o tamanho do seu contracheque. Engenheiro florestal e analista de controle do Tesouro Nacional de carreira, Aucélio embolsa por mês R\$ 51 mil por causa do cargo, quase o dobro do teto do funcionalismo previsto na Constituição, atualmente de R\$ 26.723,13.

É bem mais que os salários recebidos por ministros, que abocanham remunerações de até R\$ 45,7 mil, conforme mostrou o Correio no domingo. O contracheque é inflado por jetons, recebidos pela participação em conselhos de estatais e de empresas privadas com capital da União.

O salário do subsecretário do Tesouro é de R\$ 23,7 mil, mas ele ganha mais R\$ 27,3 mil de dois conselhos — da Petrobras e da AES Eletropaulo — e do Comitê de Auditoria do Banco de Brasília (BRB). Mas seus vencimentos podem chegar a R\$ 70 mil num mês. Basta que ele participe de uma reunião mensal do Conselho Fiscal da Vale, do qual é suplente, caso o titular não possa comparecer.

Participações

Decreto presidencial determina que os representantes da União nessas companhias só podem receber por, no máximo, dois conselhos. Procurado, o Ministério da Fazenda se negou a informar quais entidades o subsecretário do Tesouro integra e a base legal para que ele embolse jetons de três delas. Da AES Eletropaulo, em que a União tem uma participação minoritária, o segundo homem do Tesouro ganha R\$ 3,8 mil brutos por mês. Pela participação no Conselho Fiscal da petrolífera, embolsa outros R\$ 7.090. O que lhe rende mais, no entanto, é o trabalho na auditoria do BRB, R\$ 16.405,78 brutos.

Saiba mais...

[Remuneração acima do teto constitucional divide a opinião de ministros](#)
[Enquanto servidores brigam por reajustes, ministros embolsam megassalários](#)

Embora também receba um megassalário, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ganha um pouco menos que Aucélio, seu subordinado. A participação nos conselhos da BR Distribuidora e da Petrobras elevou os rendimentos de Mantega de R\$ 26,7 mil para R\$ 40,9 mil. O mesmo ocorreu com sua colega do Planejamento, Miriam Belchior.

O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, embolsa, no total, R\$ 38,7 mil. Ele engorda o salário de R\$ 26,7 mil de ministro em mais R\$ 12 mil ao participar da administração das empresas privadas Brasilprev e Brasilcap. Celso Amorim, da Defesa, é agraciado com R\$ 45,7 mil, com o conselho da Itaipu. O secretário executivo da Fazenda, Nelson Barbosa, abocanha R\$ 41,1 mil brutos mensais.

*Fonte: *CORREIO BRAZILIENSE*

Marco Aurélio critica superpoderes do CNJ

Ministro do STF aponta excessos cometidos pelo conselho em investigações como fator principal para a limitação dos poderes do órgão. Segundo ele, houve "avanços de sinais"

Em meio à polêmica da decisão de limitar os poderes de investigação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello defendeu a tese de que a entidade não pode ser um “superórgão” e que acima dela está o STF.

A declaração foi feita durante entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura. Em decisão proferida no apagar das luzes do ano judiciário, o ministro concedeu liminar suspendendo a atuação do conselho nos processos administrativos contra os magistrados.

Durante o programa, Mello defendeu a liminar em diversas ocasiões e criticou os supostos “superpoderes” do conselho. Ao ser questionado se a medida tomada por ele não esvaziaria a atuação do CNJ, o ministro rebateu as críticas e defendeu a atuação das corregedorias. “O conselho existe e tem respaldo na Constituição Federal, e nós esperamos que ele realmente atue. Mas precisamos compreender que temos 90 tribunais no país com corregedorias. Poderemos relegar essas corregedorias à iniquidade?”, ponderou.

Na entrevista, ele, entretanto, não poupou críticas ao que considerou “avanços de sinais” por parte do CNJ e apresentou dados levantados pelo próprio gabinete contra a entidade. “Há, tramitando no Supremo, contra atos do conselho, 900 e pouco mandados de segurança, enquanto contra atos do conselho do Ministério Público se tem uma centena”, comparou.

PEC em xeque

Em outro momento da entrevista, justificou por que foi contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45 que criou o CNJ. “Os Tribunais de Justiça nada mais são do que o Poder Judiciário nos estados e não pude agasalhar a tese de que um órgão federal pudesse vir exercer controle quanto a poderes dos estados.” Mello também se antecipou sobre um possível julgamento por parte do Supremo a respeito da PEC apresentada no Congresso pelo senador Demóstenes Torres (DEM-GO).

A proposta de Torres ainda aguarda para ser votada no Senado e “esclarece e robustece” o poder do CNJ. “Eu espero não vivenciar o dia que teremos se vier à baila essa PEC”, ressaltou para, em seguida, falar sobre a possibilidade de o Supremo derrubar a proposta. “A possibilidade é latente porque de início temos uma cláusula na Constituição que obstaculiza a tramitação de emenda constitucional que atinja a Federação. Mas vamos aguardar. Depois, claro, teremos uma decepção se assim concluir o Supremo por parte daqueles que querem vísceras, querem sangue.”

**Fonte: CORREIO BRAZILIENSE*

'Estou vendo a serpente nascer, não posso calar', diz Eliana Calmon

Após ataques de ministro do Supremo, corregedora nacional da Justiça afirma que não irá esmorecer na investigação do Judiciário

Alvo de 9 entre 10 juízes, e também do ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), que não aceitam seu estilo e determinação, a ministra Eliana Calmon, corregedora nacional da Justiça, manda um recado àqueles que querem barrar seu caminho. “Eles não vão conseguir me desmoralizar, isso não vão conseguir.”

Calmon avisa que não vai recuar. “Eu estou vendo a serpente nascer, não posso me calar.”

Na noite desta segunda-feira, 9, o ministro do STF disparou a mais pesada artilharia contra a corregedora desde que ela deu início à sua escalada por uma toga transparente, sem regalias.

No programa Roda Viva, da TV Cultura, Marco Aurélio partiu para o tudo ou nada ao falar sobre os

poderes dela no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). "Ela tem autonomia? Quem sabe ela venha a substituir até o Supremo."

Ao Estado, a ministra disse que seus críticos querem ocultar mazelas do Judiciário.

Estado: A sra. vai esmorecer?

MINISTRA ELIANA CALMON: Absolutamente, pelo contrário. Eu me sinto renovada para dar continuidade a essa caminhada, não só como magistrada, inclusive como cidadã. Eu já fui tudo o que eu tinha de ser no Poder Judiciário, cheguei ao topo da minha carreira. Eu tenho 67 anos e restam 3 anos para me aposentar.

ESTADO: Os ataques a incomodam?

ELIANA CALMON: Perceba que eles atacam e depois fazem ressalvas. Eu preciso fazer alguma coisa porque estou vendo a serpente nascer e eu não posso me calar. É a última coisa que estou fazendo pela carreira, pelo Judiciário. Vou continuar.

ESTADO: O que seus críticos pretendem?

ELIANA CALMON: Eu já percebi que eles não vão conseguir me desmoralizar. É uma discussão salutar, uma discussão boa. Nunca vi uma mobilização nacional desse porte, nem quando se discutiu a reforma do Judiciário. É um momento muito significativo. Não desanimarei, podem ficar seguros disso.

ESTADO: O ministro Marco Aurélio deu liminar em mandado de segurança e travou suas investigações. Na TV ele foi duro com a sra.

ELIANA CALMON: Ele continua muito sem focar nas coisas, tudo sem equidistância. Na realidade é uma visão política e ele não tem motivos para fazer o que está fazendo. Então, vem com uma série de sofismas. Espero esclarecer bem nas informações ao mandado de segurança. Basta ler essas informações. A imprensa terá acesso a essas informações, a alguns documentos que vou juntar, e dessa forma as coisas ficarão bem esclarecidas.

ESTADO: O ministro afirma que a sra. violou preceitos constitucionais ao afastar o sigilo de 206 mil investigados de uma só vez e comparou-a a um xerife.

ELIANA CALMON: Ficou muito feio, é até descer um pouco o nível. Não é possível que uma pessoa diga que eu violei a Constituição. Então eu não posso fazer nada. Não adianta papel, não adianta ler, não adianta documentos. Não adianta nada, essa é a visão dele. Até pensei em procura-lo, eu me dou bem com ele, mas acho que é um problema ideológico. Ou seja, ele não aceita abrir o Judiciário.

ESTADO: O que há por trás da polêmica sobre sua atuação?

ELIANA CALMON: Todo mundo vê a serpente nascendo pela transparência do ovo, mas ninguém acredita que uma serpente está nascendo. Os tempos mudaram e eles não se aperceberam, não querem aceitar. Mas é um momento que eu tenho que ter cuidado para não causar certo apressamento do Supremo, deixar que ele (STF) decida sem dizer, 'ah, mas ela fez isso e aquilo outro, ela é falastrona, é midiática'. Então eu estou quieta. As coisas estão muito claras.

ESTADO: A sra. quebrou o sigilo de 206 mil magistrados e servidores?

ELIANA CALMON: Nunca houve isso, nunca houve essa história. Absolutamente impossível eu pedir uma quebra de sigilo de 206 mil pessoas. Ninguém pode achar na sua sã consciência que isso fosse possível. É até uma insanidade dizer isso. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) age com absoluta discrição, como se fosse uma bússola. Aponta transações atípicas. Nunca ninguém me informou nomes, nada. Jamais poderia fazer uma quebra atingindo universo tão grande. Mas eu tenho anotações de alguns nomes, algumas suspeitas. Então, quando você chega num tribunal, principalmente como o de São Paulo, naturalmente que a gente já tem algumas referências, mas é uma amostragem. Não houve nenhuma devassa, essa é a realidade.

ESTADO: A sra. não tinha que submeter ao colegiado o rastreamento de dados?

ELIANA CALMON: O regimento interno do CNJ é claro. Não precisa passar pelo colegiado, realmente. E ele (ministro Marco Aurélio) deu a liminar (ao mandado de segurança) e não passou pelo Pleno do STF. E depois que eu fornecer as informações ao mandado de segurança e depois que eu der resposta à representação criminal ficarei mais faladora. Estou muito calada porque acho que essas informações precisam ser feitas primeiro. Eu não vou deixar nada sem os esclarecimentos necessários.

ESTADO: Duas liminares, dos ministros Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski, ameaçam o CNJ. A sra. acredita que elas poderão ser derrubadas pelo Pleno do STF?

ELIANA CALMON: Esperança eu tenho. Agora, tradicionalmente o STF nunca deixou o seu presidente sem apoio, nunca. Todas as vezes eles correram e conseguiram dar sustentação ao presidente. Qual é a minha esperança: eu acho que o Supremo não é mais o mesmo e a sociedade e os meios de comunicação também não são mais os mesmos. Não posso pegar exemplos do passado para dizer que não acredito em uma decisão favorável. Estamos vivendo um outro momento. Não me enche de esperanças, mas dá esperanças para que veja um fato novo, não como algo que já está concretizado. Tudo pode acontecer.

ESTADO: O ministro Marco Aurélio diz que a competência das Corregedorias dos tribunais estaduais não pode ser sobrepujada pelo CNJ.

ELIANA CALMON: Tive vontade de ligar, mandar um torpedo (para o programa Roda Viva) para dizer que as corregedorias sequer investigam desembargador. Quem é que investiga desembargador? O próprio desembargador. Aí é que vem a grande dificuldade. O grande problema não são os juízes de primeiro grau, são os Tribunais de Justiça. Os membros dos TJs não são investigados pelas corregedorias.

As corregedorias só tem competência para investigar juízes de primeiro grau. Nada nos proíbe de investigar. Como juíza de carreira eu sei das dificuldades, principalmente quando se trata de um desembargador que tem ascendência política, prestígio, um certo domínio sobre os outros.

ESTADO: A crise jogou luz sobre pagamentos milionários a magistrados.

ELIANA CALMON: Essas informações já vinham vazando aqui e acolá. Servidores que estavam muito descontentes falavam disso, que isso existia. Os próprios juízes falavam que existia. Todo mundo falava que era uma desordem, que São Paulo é isso e aquilo. Quando eu fui investigar eu não fui fazer devassa. São Paulo é muito grande, nunca foi investigado. Não se pode, num Estado com a magnitude de São Paulo, admitir um tribunal onde não existe sequer controle interno.

O controle interno foi inaugurado no TJ de São Paulo em fevereiro de 2010. São Paulo não tem informática decente. O tribunal tem uma gerência péssima, sob o ponto de vista de gestão. Como um tribunal do de São Paulo, que administra mais de R\$ 20 bilhões por ano, não tinha controle interno?

ESTADO: Qual a sua estratégia?

ELIANA CALMON: Primeiro identificar a fonte pagadora em razão dessas denúncias e chegar a um norte. São Paulo não tem informática decente. Vamos ver pagamentos absurdos e se isso está no Imposto de renda. A declaração IR até o presidente da República faz, vai para os arquivos da Receita. Não quebrei sigilo bancário de ninguém. Não pedi devassa fiscal de ninguém. Fui olhar pagamentos realizados pelo tribunal e cotejar com as declarações de imposto de renda. Coisa que fiz no Tribunal Regional do Trabalho de Campinas e no tribunal militar de São Paulo, sem problema nenhum. Senti demais quando se aposentou o desembargador Maurício Vidigal, que era o corregedor do Tribunal de Justiça de São Paulo. Um magistrado parceiro, homem sério, que resolvia as coisas de forma tranquila.

**Fonte: O ESTADO DE S. PAULO*

Congresso infla verba de ONGs em R\$ 1 bilhão

O aumento do dinheiro destinado a essas entidades acontece no momento em que o governo tenta conter as irregularidades no repasse de verbas para as ONGs

Personagens coadjuvantes na queda de três ministros no primeiro ano de mandato da presidente Dilma Rousseff, as entidades privadas sem fins lucrativos foram autorizadas a receber quase R\$ 1 bilhão extra no Orçamento de 2012, ano eleitoral. A proposta orçamentária original chegou ao Congresso prevendo repasses de R\$ 2,4 bilhões às organizações não governamentais (ONGs), mas, inflados pelas emendas parlamentares, os gastos poderão alcançar R\$ 3,4 bilhões.

A lei orçamentária será sancionada pela presidente nos próximos dias. O aumento do dinheiro destinado a essas entidades acontece no momento em que o governo tenta conter as irregularidades no repasse de verbas para as ONGs, estimuladas por uma dificuldade crônica de fiscalizar as prestações de contas desses contratos.

O aumento dos repasses surpreende sobretudo pelo valor. No Orçamento de 2011, o aumento de verbas aprovado pelo Congresso para as ONGs foi de R\$ 25 milhões. No de 2012, o volume é 38 vezes maior: R\$ 967,3 milhões. Os gastos extras estão concentrados nos ministérios da Saúde, do Trabalho e da Cultura.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), o atraso médio na apresentação das prestações de contas cresceu em 2010 e alcançou 2,9 anos. Já a demora na análise das contas diminuiu, mas ainda é de inacreditáveis 6,8 anos, em média.

Os problemas não se resumem à falta de fiscalização. A Controladoria-Geral da União (CGU) já apontou o desvio de verbas em entidades contratadas em pelo menos cinco ministérios diferentes.

Pente-fino

No final de outubro, em meio a denúncias de desvios na aplicação de verbas dos ministérios do Trabalho, do Turismo e do Esporte, a presidente Dilma Rousseff determinou uma devassa nos contratos que só poderiam ter pagamentos retomados com o aval do ministro e sob sua responsabilidade direta.

Quase três meses depois, o governo não informou ainda o número de entidades que poderão ser obrigadas a devolver o dinheiro que receberam e não poderão celebrar novos contratos. Não se sabe quantas entidades tiveram os recursos liberados, depois do bloqueio inicial. O prazo para resolver as pendências termina no final do mês. Esse trabalho tem como objetivo separar entidades eficientes daquelas que desviam dinheiro.

O aumento dos repasses a ONGs aprovado pelo Congresso vai na contramão das restrições impostas pelo governo, ao exigir que as entidades beneficiadas tenham de passar por seleção prévia e mostrar experiência na área para as quais foram contratadas.

Nos últimos anos multiplicaram-se as entidades de fachada e sem qualificação, pois, a pretexto de evitar a burocracia, bastava a apresentação de três declarações atestando a existência da ONG para que ela fosse contratada para prestar serviços à União.

“O governo estabeleceu travas importantes para que os problemas não se repitam”, avalia a ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

Corrupção

Investigações de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso, da CGU e do TCU identificaram reiteradas irregularidades em entidades. Desde 2002, pelo menos, o relatório final da CPI

das ONGs já alertava para a proliferação de entidades “sem que haja qualquer mecanismo institucional de controle sobre as atividades que desenvolvem”.

Depois disso, em 2006, a CPI dos Sanguessugas revelou esquema de 53 entidades que haviam desviado dinheiro de convênios para a compra de ambulâncias.

Campeão

Em 2012, é o Fundo Nacional de Saúde (FNS) o destino da maior parcela de gastos extras autorizados pelo Congresso: foram R\$ 726 milhões extras, que elevam as autorizações de gastos para R\$ 1,2 bilhão. O Ministério do Trabalho vem logo em seguida no ranking dos principais destinos do dinheiro extra.

O Orçamento das ONGs aumentou R\$ 49 milhões, para R\$ 187 milhões. No final do ano passado, o TCU mandou suspender convênios do Ministério do Trabalho com entidades privadas sem fins lucrativos ao detectar 500 prestações de contas com análises pendentes. Suspeitas de corrupção envolvendo ONGs derrubaram o então ministro Carlos Lupi.

No ano passado, ONGs receberam R\$ 2,8 bilhões dos cofres públicos - considerando os pagamentos efetivamente feitos. O Ministério da Ciência e Tecnologia concentrou a maior parcela dos pagamentos, com R\$ 873 milhões de gastos. Os ministérios da Educação e da Saúde aparecem na sequência. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

**Fonte: AGÊNCIA ESTADO*

Projetos sobre concursos que circulam no Congresso são polêmicos

No que depender do Congresso, os concursos públicos podem virar uma confusão. Dois projetos de lei polêmicos em tramitação na Câmara dos Deputados estabelecem critérios alheios ao conhecimento ou à competência do candidato como determinantes no processo seletivo. Um deles é o PL nº 2474/11, do deputado Luiz Argôlo (PP-BA), que inclui a doação regular de sangue como fator de desempate nos certames.

Outra proposta, o PL nº 2525/11, do deputado Manato (PDT-ES), determina uma cota de 20% das vagas para pessoas de baixa renda. As propostas ainda precisam ser analisadas por diferentes comissões antes de passar a valer. Especialistas ouvidos pelo Correio as consideram prejudiciais ao funcionalismo, devido ao relaxamento do rigor na escolha dos servidores.

Segundo a proposta de Argôlo, para ser beneficiado nos critérios de desempate, o candidato deve fazer, no mínimo, três doações de sangue por ano. O projeto estabelece ainda que a apresentação dos comprovantes de doador deverá ser feita no ato da inscrição. O candidato impossibilitado de doar por questões de saúde teria o direito de atestar a condição física e de receber o mesmo benefício destinado ao doador regular. O deputado defende que a medida irá incentivar a população a ser “mais solidária”.

“Se o projeto for aprovado, muitos candidatos poderão ser motivados a ser doadores regulares, um alívio para os bancos de sangue dos hospitais de todo o país, que estão muito abaixo do necessário”, argumentou. A proposta tramita em caráter conclusivo e será examinada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de Seguridade Social e Família e de Constituição, Justiça e Cidadania. Se houver parecer divergente entre as comissões, terá que ir a plenário.

Renda

Já o projeto do deputado Manato (PDT-ES) estabelece que a definição sobre quem poderá se beneficiar da reserva de 20% das vagas seguirá critérios baseados na renda nacional bruta per capita. Não há especificação, contudo, de quais seriam esses critérios, deixando a responsabilidade a cargo do governo. Se aprovada, a lei se somaria à reserva já existente de até 20% das vagas para portadores de deficiência,

independentemente da faixa de renda. Assim, até 40% das oportunidades de um concurso podem ficar comprometidas aos beneficiados das duas leis.

Em defesa da proposta, o deputado Manato argumenta que, atualmente, as pessoas de baixa renda não conseguem concorrer em igualdade. “Quem tem condições acaba se tornando uma espécie de concurseiro profissional, com acesso aos melhores cursos preparatórios e dedicação integral aos estudos”, disse. “A população de baixa renda não tem nada disso. Daí a importância da reserva.”

CFM tem oportunidades

O Conselho Federal de Medicina (CFM) abrirá inscrições da sexta-feira até 20 de fevereiro para um concurso com oportunidades para jornalista, bibliotecário, advogado e analista de sistemas, todas com exigência de nível superior. Há ainda vagas de nível médio para serviços gerais, assistente administrativo e assistente em tecnologia da informação.

Os salários variam de R\$ 2,1 mil a R\$ 7,8 mil. A taxa custa entre R\$ 38 e R\$ 67, e as inscrições podem ser feitas no site www.universa.org.br. Ao contrário do que o Correio publicou na edição da segunda-feira, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informou que ainda não há concurso em andamento para a instituição e que uma eventual seleção será anunciada em momento oportuno. Por enquanto, a ANTT está aguardando autorização do Ministério do Planejamento para o processo.

Estímulo a fraudes

Na avaliação de Ernani Pimentel, presidente da Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (Anpac), tanto a proposta para beneficiar doadores de sangue como a para pessoas de baixa renda não passam de tentativas de driblar o quesito principal que deveria nortear qualquer processo seletivo: a competência.

Pimentel defende que, em vez de pensar em medidas “que não resolvem o problema”, o governo deveria proporcionar educação de qualidade a todos, para que as pessoas consigam ingressar no serviço público por meio do mérito e do conhecimento.

“Esse tipo de lei vai contra a Constituição”, criticou. Já o professor de direito constitucional Vinícius Lima de Almeida afirmou que o projeto do deputado Luiz Argôlo, que prevê benefício aos doadores de sangue, é ineficaz para aumentar o estoque nos bancos. “O critério pode estimular um novo modo de fraude na gestão dos concursos”, disse. “Certamente, essa proposta será rejeitada, pois prejudica os candidatos não doadores”, emendou o também professor de direito constitucional Paulo Fernando Melo da Costa.

Nem mesmo a presidente da Fundação Hemocentro de Brasília, Beatriz MacDowell, concorda com a proposta. “As doações devem ser voluntárias, sem que haja nenhuma espécie de ganho”, afirmou. Além disso, ela teme que o aumento do número de fraudes. “O candidato pode alegar que não está apto a doar e tirar proveito da situação para conseguir vantagem nas provas.”

*Fonte: CORREIOWEB

Paraná tem 3,4 médicos do SUS para cada mil pessoas

Índice é o oitavo do ranking nacional, mas o pior do Sul. Estado conta com 20.770 leitos do SUS

O Paraná conta 3,4 médicos do Sistema Único de Saúde (SUS) para mil habitantes. Apesar de o número ser baixo, não está entre os piores do País e está acima da média nacional, que ficou em 3,1.

O estado é o oitavo no ranking com maior número de médicos, mas o pior da Região Sul, ficando atrás do Rio Grande do Sul, o segundo melhor índice do país, com 4,1 médicos por mil habitantes, e de Santa Catarina, com índice de 3,7. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A pesquisa também indica que o Paraná conta com 20.770 leitos do SUS, o sexto maior número do País.

Os Estados com maior e menor número de médicos que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS) pertencem ao Nordeste do Brasil. O levantamento, que faz parte do Comunicado nº 129 - Presença do Estado no Brasil: federação, suas unidades e municipalidades, mostra que, enquanto o Maranhão conta com 1,3 médicos por mil habitantes, Sergipe tem 4,2.

Os dados do Ipea tratam em sua maioria de registros administrativos coletados junto aos ministérios, às autarquias e aos institutos de pesquisa. O estudo traz informações por regiões e Estados como indicadores de seguro-desemprego formal, quantidade de docentes dos ensinos fundamental e médio.

O levantamento aponta que enquanto a média brasileira de médicos por mil habitantes fica em 3,1, nas regiões Norte e Nordeste esses números são inferiores (1,9 e 2,4 respectivamente) e superiores nas regiões Sul e Sudeste (igualmente 3,7). O documento conclui que há uma concentração de profissionais melhor qualificados, no que diz respeito a instrução de nível superior, nas regiões mais desenvolvidas - Sul e Sudeste - em detrimento das regiões menos desenvolvidas - Norte e Nordeste -, sendo que a região Centro-Oeste possui índices mais próximos da média nacional.

O estudo diz ainda que o número de leitos de internação pelo SUS em 2011 chegou a marca de 330.641. A distribuição regional destes leitos mostra o seguinte quadro: Norte concentra 7,4% do total; Nordeste, 30,1%; Sudeste, 38,7%; Sul, 16,1%; e Centro-Oeste, 7,8%. Sobre a distribuição por Estados, São Paulo detém 18% do total de leitos e o Acre, 0,25%.

**Fonte: BEM PARANÁ*

Com informações do clipping do Sindprevs/PR

FENASPS